



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO IVAÍ**

**ESTADO DO PARANÁ**

**CNPJ 76.974.823/0001-80**

**AVENIDA MANOEL RIBAS, 470 - FONE/FAX: (0XX44) 3453-1177**

**auxadministrativo@pmsii.com.br**

## **= LEI Nº. 301/2010, de 09 de julho de 2010 =**

**SÚMULA:** Define obrigação de pequeno valor no âmbito do município de Santa Isabel do Ivaí (PR), conforme disposto no art. 100, § 3º, da Constituição Federal, bem como disciplina os procedimentos administrativos para sua liquidação e dá providências.

O Prefeito de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná, Faz saber que a Câmara Municipal Aprovou, e eu, Sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta lei define obrigação de pequeno valor no âmbito deste município, bem como disciplina os procedimentos administrativos para sua liquidação.

**Art. 2º** No âmbito municipal, fica definido como obrigação de pequeno valor os débitos decorrentes de sentença judicial transitado em julgado:

**I** – Para o município, o valor igual ou inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

**II** – Para autarquia municipal, o valor igual ou inferior ao valor do maior benefício pago pelo regime geral de previdência social;

**§ 1º** - O pagamento de pequeno valor que trata este artigo, dispensa o regime de precatório que trata o *caput* do art. 100 da Constituição Federal.

**§ 2º** - Para enquadrar a obrigação de pequeno valor, será considerado o débito por beneficiário.

**§ 3º** - A secretaria de finanças, por meio de ato próprio, publicado na imprensa oficial adotada, a cada dois anos procederá à correção do valor que trata o inciso I deste artigo, adotando índice oficial da caderneta de poupança.

**§ 4º** - Compete ao representante legal da autarquia, por meio de resolução, publicar até o último dia útil do mês de março de cada ano, na imprensa oficial do órgão, o valor que trata o inciso II deste artigo.

**Art. 3º** É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor total da execução de sentença, para pagamento em parte na forma de que trata esta lei e em parte na forma de precatório.

**§ 1º** - É facultado ao credor renunciar ao crédito que exceder ao valor estabelecido no art. 2º, para que possa optar pelo recebimento do crédito na forma de liquidação que trata a presente lei.

**§ 2º** - A renúncia do credor deve ser expressa e manifestada por meio de petição nos autos da ação de execução judicial.

**Art. 4º** As obrigações definidas como de pequeno valor integrarão ordem cronológica própria.

**Parágrafo único** – Quando a obrigação decorrer de responsabilidade solidária ou subsidiária, e não sendo quitado o débito pela entidade devedora principal, o débito será redirecionado para a entidade co-responsável, mediante nova requisição judicial, e será liquidada no prazo que trata o *caput* deste artigo, observado a ordem cronológica de apresentação desta entidade.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO IVAÍ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.974.823/0001-80

AVENIDA MANOEL RIBAS, 470 - FONE/FAX: (0XX44) 3453-1177

auxadministrativo@pmsii.com.br

**Art. 5º** O débito de pequeno valor, previsto na requisição judicial, uma vez regular, será pago em até 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento da requisição pela entidade devedora.

**§ 1º** - O valor do débito, após a data da expedição da requisição e até o efetivo pagamento, será atualizado, utilizando o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança.

**§ 2º** - A secretaria de finanças, por meio de ato próprio, publicará mensalmente, os índices oficiais exigidos para atualização e compensação de mora que trata o parágrafo anterior.

**Art. 6º** A requisição de pagamento expedida pelos juízos competentes, quando figurar como destinatário o município, será recebida pelo Chefe do Poder Executivo, e quando dirigida a autarquia municipal, por seus respectivos representantes legais.

**Parágrafo único** - As autoridades mencionadas no *caput* deste artigo poderão delegar os poderes de recebimento da requisição a servidor público, dentre aqueles lotados em seu respectivo gabinete.

**Art. 7º** Será objeto de compensação pela entidade devedora o valor do débito constante da requisição pendente de pagamento com crédito líquido e certo, inscrito em dívida ativa ou não, contra o devedor original, ressalvado aquele crédito suspenso em virtude de contestação administrativa ou judicial.

**Art. 8º** Recebida a requisição de pagamento, observada a competência que trata o artigo anterior, a autoridade:

**I** - informará o recebimento a procuradoria jurídica respectiva, instruída com cópia da requisição;

**II** - enviará a requisição imediatamente ao departamento de contabilidade,

**§ 1º** - A procuradoria jurídica, por meio do advogado que atuou no processo, deverá fornecer ao departamento de contabilidade, para o fim de anexar ao empenho, cópia da certidão de trânsito em julgado da sentença que originou a requisição, e homologação do cálculo quando for o caso.

**§ 2º** - Recebida a requisição pelo departamento de contabilidade, este, independente da providência mencionada no parágrafo anterior, deverá providenciar sua devida escrituração contábil, anotação em livro próprio, empenho e definição da ordem cronológica.

**§ 2º** - Definida a ordem cronológica da requisição, o departamento de contabilidade, mediante ato formal, deverá informar a autoridade remetente, a secretaria de finanças e a procuradoria jurídica.

**§ 3º** - Recebida a informação que trata o parágrafo anterior pela procuradoria jurídica, esta informará ao juízo requisitante.

**§ 4º** - Não sendo possível a realização de empenho por ausência de crédito orçamentário, o departamento de contabilidade, em até dois dias úteis, deve informar tal situação à autoridade administrativa remetente e a controladoria interna, instruindo tal procedimento com minuta do projeto de lei necessário a



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO IVAÍ**

**ESTADO DO PARANÁ**

**CNPJ 76.974.823/0001-80**

**AVENIDA MANOEL RIBAS, 470 - FONE/FAX: (0XX44) 3453-1177**

**auxadministrativo@pmsii.com.br**

abertura de crédito ou adequação orçamentária ou financeira, ou minuta de decreto quando for o caso.

**§ 5°** - Sanado os motivos que impossibilitava a realização do empenho da requisição judicial, será imediatamente encaminhado ao departamento de contabilidade para as providências mencionadas no *caput* deste artigo.

**§ 6°** - Realizado o empenho, o departamento de contabilidade deverá informar a autoridade remetente, e ao secretário de finanças, instruído com parecer técnico informando a regularidade e conformidade com as leis orçamentárias.

**§ 7°** - A secretaria de finanças, observado a ordem cronológica, providenciará a liquidação do crédito consignado na requisição de pagamento, devendo providenciar as diligências necessárias para o efetivo pagamento ao credor.

**§ 8°** - Realizada a liquidação da requisição de pagamento, a secretaria de finanças, em até dois dias útil subsequente, informará a autoridade administrativa, a controladoria interna e a procuradoria jurídica, instruindo-se com cópia do empenho e do comprovante de pagamento perante a instituição financeira.

**§ 9°** - Recebida pela procuradoria jurídica os comprovantes de pagamento que trata o parágrafo anterior, esta ingressará com petição informando o juízo requisitante, sugerindo a extinção do feito se inexistir pagamento pendente.

**§ 10°** - Os encargos sociais ou tributários incidente sobre o débito, serão objeto de pagamento pela secretaria de finanças, observado as disposições procedimentais previstas neste artigo, sem prejuízo das demais cabíveis.

**Art. 9º** É facultado ao município, ou órgão indireto quando for o caso, receber do credor original o crédito objeto da requisição judicial, quando em pagamento da compra de próprio.

**Art. 10** Não se aplica as disposições contidas nesta lei aos créditos oriundos de sentença judicial transitadas em julgado antes da vigência da presente lei.

**Art. 11** Esta lei entra em vigor em 30 (trinta) dias a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a lei municipal nº 28/2005.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Ivaí, aos 09 dias do mês de julho de 2010.

**Dr. JOSÉ DO CARMO LAVAGNOLI**  
**Prefeito**

Registrado e Publicado nesta Secretaria Administrativa, aos 09 dias do mês de julho de 2010.

**FÁBIO ALESSANDRO BEZERRA PEREIRA**  
**Secretário de Administração e Finanças**